

Aposentadoria antecipada perde vantagens

Quem se aposentar com 70% do salário não poderá manter vínculo empregatício

Hipólito Pereira

Catia Seabra e Daniela Matta

• BRASÍLIA E RIO. A partir de agora, o trabalhador que optar pela aposentadoria proporcional — com direito a 70% do salário — terá que abrir mão do vínculo empregatício. Segundo o ministro da Previdência, Reinhold Stephanes, atualmente 80% dos trabalhadores do setor privado que se aposentam proporcionalmente continuam no emprego, recebendo o salário e o benefício do INSS ao mesmo tempo. Esse beneficiário pesa nos cofres públicos: o segurado deixa de contribuir e começa a receber cinco anos antes do que o Governo esperava.

Para inibir essas aposentadorias, o Governo baixa hoje uma medida provisória determinando a extinção automática do vínculo empregatício em caso da aposentadoria proporcional. Sem o vínculo, o trabalhador não terá direito, por exemplo, aos 40% sobre o FGTS quando for demitido.

Economia prevista com os cortes será de R\$ 100 milhões

Essa é uma das três MPs da área previdenciária — uma delas editada há dois meses — anunciadas ontem pelo Governo no pacote fiscal. Nos cálculos da equipe econômica, essa medida vai garantir uma economia de R\$ 100 milhões ao Tesouro no ano que vem. Segundo os números da Previdência, das 400 mil aposentadorias por tempo de serviço concedidas anualmente, 200 mil são proporcionais, representando um custo de R\$ 10 milhões mensais ao INSS.

— Em geral, a empresa sequer fica sabendo que seu funcionário se aposentou — explicou Stephanes, atribuindo a manutenção do vínculo empregatício depois da aposentadoria proporcional a “certas irresponsabilidades que nossos legisladores cometem”.

Stephanes admitiu, no entanto, desconhecer o teor da medida provisória.

O ministro da Previdência



ROBERTO PIRES, da Associação dos Aposentados, mostra a faixa que vai levar para a manifestação em Brasília

anunciou ainda que espera promover um corte de cem mil dos 500 mil beneficiários da Lei Orgânica de Assistência Social (Loas). Depois de uma amostragem, o ministério constatou que em alguns casos houve uma facilitação na concessão de laudos médicos: pacientes de úlcera, sinusite e até de hemorroidas foram considerados portadores de deficiências físicas e obtiveram o benefício porque eram aceitos laudos de equipes multiprofissionais de fora do INSS. A Previdência está revisando todos os casos.

Com uma outra MP, o INSS manteve a idade mínima de 70 anos para que uma pessoa (desde que a renda per capita em sua casa seja inferior a um quarto do salário-mínimo) tenha direito aos benefícios da Loas. Pela lei orgânica, esse limite deveria baixar para 67 anos em 1998, chegando a 65 no ano 2000. A decisão representará uma poupança de R\$ 100 milhões aos cofres do INSS no ano que vem.

Somada à iniciativa de fortale-

cer sua equipe própria de peritos, essas medidas, pelas expectativas do Governo, garantirão uma economia de R\$ 660 milhões no próximo ano. Para Stephanes, isso ainda não basta para um ministério com déficit superior a R\$ 2 bilhões.

Stephanes não escondeu que deseja mesmo era o fim das isenções para entidades educacionais e de saúde consideradas filantrópicas. Com isso, o INSS perde R\$ 1 bilhão anualmente. Essa foi a primeira proposta da reforma previdenciária a ser derrubada pelo Congresso. Stephanes ainda tem esperanças.

O presidente da Associação dos Aposentados e Pensionistas pela Previdência Social do Rio, Roberto Pires vê, pelo menos, dois lados favoráveis no novo pacote do Governo. Um deles é a eliminação da isenção de entidades educacionais, instituições de saúde e entidades de prática desportiva. Desta forma, acredita Roberto, hospitais e planos de saúde que não prestam qualquer atendi-

mento filantrópico deixarão de ser beneficiados. Ele apóia também a retirada da folha de pagamento dos aposentados que não se cadastraram. Pires teme, no entanto, que o aumento de alguns impostos acabe pesando no bolso dos aposentados e dos mais pobres. Amanhã, ele e uma caravana de aposentados partem para Brasília, onde protestarão contra as medidas.

Servidores acreditam que mais de cem mil serão prejudicados

Mais do que os aposentados, uma das categorias que mais reprovaram as medidas é a dos servidores públicos. Darci Daniel de Deus, presidente da Associação dos Servidores Cíveis, afirma que o presidente Fernando Henrique está se aproveitando da crise nas bolsas para aprovar medidas que vinham sendo vetadas pelo Congresso.

— Esta medida prejudicará, pelo menos, 132 mil pessoas. É uma maldade deixar pais de família sem emprego — afirma Darci. ■